



## PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 45/2022  
Adesão à Ata n.º 09/2022

**OBJETO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS GESTÃO DE FROTAS  
COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS MANUTENÇÃO**

### RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico os autos de Adesão a Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial nº09/2022, (Proc Adm. 45/2022) que objetiva a adesão, na condição de carona, à Ata de Registro de Preços nº 339/2021, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 124/2021, registrada pelo Município de Lucas do Rio Verde/MT, para futura e eventual contratação de empresa para prestar serviços de administração com fornecimento de sistema para rastreamento e fornecimento da base leitora para o dispositivo de identificação e motoristas com reposição da base, para atender as necessidades da prefeitura de Porto Esperidião/MT.

A licitação foi iniciada para atender ao pedido formulado pelo prefeito de Porto Esperidião/MT, senhor Martins Dias de Oliveira.

Estão anexados ao processo a cópia do Edital, Ata de Registro de Preços e Ofícios solicitando a adesão, resposta positiva do órgão gerenciador e fornecedor e orçamentos apresentados por empresas do ramo.

A contadoria da prefeitura informou a dotação orçamentária para as despesas decorrentes da adesão.

Sendo o que havia a relatar.

### FUNDAMENTAÇÃO:



Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38.º da Lei 8.666/93, o qual transcreve-se:

"Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração".

O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93 e

Cumpre inicialmente, destacar alguns pontos acerca do disciplinamento de adesão às atas de registro de preços, com base na legislação vigente e, também, na jurisprudência sobre o tema.

A previsão legal para a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços se encontra inserida na Lei nº 8.666, de 1993 que, em seu art. 15, estabelece as regras gerais acerca do funcionamento do sistema.

A regulamentação dessa modalidade de contratação é feita pelo Decreto Nº 7.892, DE 23 DE JANEIRO DE 2013, cujo art. 1º, dispõe:

"Art. 1º As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pela União, obedecerão ao disposto neste Decreto".

O registro de preços é um contrato normativo, constituído como um cadastro de produtos e fornecedores, selecionados mediante licitação, para contratações sucessivas de bens e serviços, respeitados lotes mínimos e outras condições previstas no edital.

Para a adesão à Ata de Registro de Preços é necessário que seja atendido o requisito de validade da ata, que não será superior a 12 meses.





No caso em tela, o prazo se exaure em 06 de novembro de 2022, consoante data de publicação anexado.

Verifica-se que se encontram anexados aos autos, pelo carona, os orçamentos que demonstram a compatibilidade de preços dos itens registrados pela gerenciadora e a vantagem para o município que adere à carona.

De acordo com o art. 5º, inc. IV, do Decreto nº 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços (SRP) no âmbito da Administração Pública federal, compete ao órgão gerenciador da ata “realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes”.

Além de o órgão gerenciador ter que realizar a pesquisa de preços para definição do valor estimado da licitação (art. 9º, inc. XI, c/c o art. 18, ambos do Decreto nº 7.892/2013), também deve, durante a vigência da ata de registro de preços, assegurar a manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

Quanto à justificativa e vantajosidade da adesão à ata.

Não está anexada a justificativa da vantajosidade para a adoção da adesão à ata. Porém, é de constatar que a adoção da adesão à ata traz agilidade ao processo de contratação, além da demanda de além da demanda de tempo e custo para as diversas publicações, e que a realização de licitação, qualquer que seja a modalidade, demanda tempo para o preparo, confecção e publicação de editais, abertura das propostas e julgamento, e abertura de prazos para eventuais recursos e homologação.

Importante salientar que a empresa detentora da Ata de Registro de Preços além de estar devidamente regular com suas obrigações, concorda plenamente em atender as necessidades do Município de Porto Esperidião/MT.

Estão anexados ao processo as cópias das peças essenciais do processo licitatório realizado na origem, quais sejam o Edital, a Ata de Registro de Preços e a situação cadastral da empresa fornecedora.

Consta também dos autos a indicação dos recursos necessários para custear as despesas da contratação, certificando a disponibilidade orçamentária.



E relação à previsão de uma margem limite para o quantitativo da contratação, deve-se frisar que, está anexada a autorização para adesão à ata encaminhada pela Prefeitura de Lucas do Rio Verde, gerenciadora da Ata.

Com relação à minuta do Termo de Contrato anexada, considera-se que a mesma reúne os elementos essenciais exigidos pela legislação aplicável à espécie, razão pela qual indica que seja aprovada.

## CONCLUSÃO:

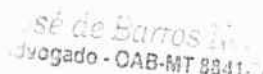
Em face ao exposto, o Parecer é pelo prosseguimento da contratação pela adesão a ata.

S.M.J.

Porto Esperidião, 25 de maio de 2022.

  
José de Barros Neto

Portaria n.º 58/12

  
José de Barros Neto  
Advogado - OAB-MT 8841